

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE CMSB - CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



19/12/2013
13 Anos

A Presidência do **CMSB** Conselho Municipal de Saneamento Básico, faz saber: O CMSB constitui colegiado autônomo, de caráter deliberativo na gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e consultivo nas demais hipóteses da Política Municipal de Saneamento Básico de Joinville, criado por intermédio da ([Lei Complementar 396, de 19 de dezembro de 2013](#)), organizado para cumprimento de suas competências legais conforme Consolidação do [PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico](#), seu Regimento Interno ([Decreto Nº 70.647, de 03 de fevereiro de 2026](#)), e suas atualizações. As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

Ata da Reunião Plenária Ordinária do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, realizada em 14/04/2026.

No décimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h00, reuniu-se o CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico, em Sessão Plenária presencial, realizada no Auditório do **CREA/SC**, sito na Rua Rio Grande do Sul, nº 335, no Bairro Anita Garibaldi, Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do CMSB, mandato de 01/02/2026 à 31/01/2028, conforme [Decreto 70.544, de 27 de janeiro de 2026](#), e suas atualizações: Thiago Alberto Amorim, da AJECI, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; Luísa Helena Jordan, do OSB; Marcele Figueiredo Andrade de Luca, da SAP; Cristina Henning da Costa, da SAMA; Daniel Kandler Signori, da AJECI; Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA.ULU; Helena Dausacker da Cunha Skrosk, da CAJ; Virgínia Grace Barros, do CHBB; João Paulo Guilherme dos Reis, da SEINFRA.UND; Eder Corbari, do CREA; Cláudia Carolina Alquini, da SEPUR; Emerson Siqueira, do SINDUSCON; Karoline Pignat Cappelari, da AMBIENTAL; Erica Romanha Dagostin, da ACIJ; e, Luciano Henrique Pinto, da UNIVILLE. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Da SAMA, José Augusto de Souza Neto, Guilherme Miozzo da Cunha; Da ARIS, Willian Jucélio Goetten, Maria Fernanda Rodriguez Hierro, Cristiane Gonçalves Lamberty; Da SEPUR, Larissa Rodrigues Brouco; e da Da CAJ, César Rehnolt Meyer. **Questão de ordem:** O Secretário Executivo dos Conselhos José Augusto de Souza Neto, informa que o Conselheiro Thiago Alberto Amorim, representante da entidade AJECI, compõe a Vice-Presidência deste Conselho, e conduzirá os trabalhos nesta reunião tendo em vista que o Presidente deste Conselho, Fábio João Jovita, estar presente em outro imperioso compromisso oficial. Na Sessão Plenária foram desenvolvidos os seguintes temas pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata CMSB Reunião 10/02/2026;** **2) Relatório Anual ARIS - Joinville;** **3) Sugestões de Pauta e Palavra Livre: Comitê PMSB. Pauta 1) Aprovação da Ata CMSB Reunião 10/02/2026:** O Vice-Presidente Thiago Alberto Amorim cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia esta pauta questionando aos Conselheiros se todos receberam a Ata encaminhada sobre a reunião realizada no dia 10/02/2026, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do CMSB realizada no dia 10/02/2026, a qual foi aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros, sendo registradas 02(duas) abstenções. Sem mais manifestações, o Vice-Presidente Thiago Amorim encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) Relatório Anual ARIS - Joinville:** O Vice-Presidente Thiago Amorim convida o Coordenador Willian Jucélio Goetten para a apresentação do Relatório Anual da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), o qual cumprimentou a todos, agradeceu pela oportunidade e iniciou sua exposição com fulcro na dinâmica operacional da Agência, explicitando que a apresentação cumpre um compromisso firmado em 2017, quando a ARIS assumiu a Regulação dos Serviços de Água e Esgoto no município de Joinville; o Relatório detalha as atividades do ano de 2025, e será disponibilizado publicamente no site da Agência e compartilhado no grupo de comunicação do Conselho. Willian definiu a Agência como uma autarquia especial intermunicipal, que funciona sob a forma de Consórcio. Sua função exclusiva é regular os quatro pilares do saneamento básico: água, esgoto, resíduos sólidos, e drenagem urbana, conforme as exigências do Novo Marco Regulatório do Saneamento, Lei 14.026/2020. A ARIS regula os serviços em 211 dos 295 municípios de Santa Catarina. A

diversidade desse trabalho, vai desde a fiscalização de grandes companhias como a Companhia Águas de Joinville CAJ, a CASAN, e a SANEPAR, até o acompanhamento de pequenos serviços geridos por associações de moradores no oeste catarinense. A apresentação foi dividida em quatro eixos: Atividades Operacionais de Fiscalização; Indicadores de Desempenho da Concessionária Local; Regulação Econômica (tarifas e investimentos); e, as Novas Resoluções Normativas publicadas no último período. A fim de garantir a eficiência na fiscalização e o suporte contínuo aos Conselhos Municipais de Saneamento, Secretarias e Câmaras de Vereadores, a ARIS descentralizou sua operação por meio de Escritórios Regionais. Joinville sedia uma dessas unidades, permitindo que técnicos da Agência estejam sempre próximos para atender tanto as demandas administrativas quanto as operacionais da região. A Agência mantém escritórios em cidades polo como Maravilha, Chapecó, Videira, Lages e Rio do Sul. Essa distribuição visa cobrir todo o território catarinense, garantindo que nenhum município consorciado fique isolado da regulação. Willian utilizou um exemplo prático para ilustrar a importância dessa proximidade: em caso de uma emergência grave, como o rompimento de uma adutora principal em cidades de fronteira, como Dionísio Cerqueira, a ARIS garante deslocar um técnico em no máximo uma hora, ou uma hora e meia da distância da emergência. Essa estrutura permite que a Agência não seja apenas um órgão burocrático sediado na capital, mas um suporte técnico presente que conhece as particularidades locais e pode intervir rapidamente em situações que afetem o abastecimento de água ou o saneamento das comunidades. A ARIS opera sob um modelo municipalista forte, funcionando como um consórcio intermunicipal que atende 211 cidades catarinenses; embora a sede administrativa e técnica fique em Florianópolis, junto à Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Agência mantém uma rotina rigorosa de visitar todos os municípios consorciados anualmente para fiscalizações de campo. Willian esclareceu que as decisões administrativas e orçamentárias do consórcio são tomadas por uma Assembleia Geral composta pelos 211 Prefeitos, e destacou a participação ativa de Joinville mencionando que o Prefeito Adriano Silva serviu por dois mandatos como Conselheiro da Agência ajudando a aprovar planos de atividades e indicações técnicas. Para garantir que as decisões de campo não sejam meramente políticas, a Agência adota um rito processual rigoroso. O Conselho de Regulação funciona como a instância máxima e autônoma de julgamento. Este Conselho é formado por profissionais indicados por órgãos de classe como CREA, CRA, e OAB de sete áreas fundamentais: Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Biologia, Administração, Economia, Contabilidade e Direito. Esse modelo de governança oferece uma camada extra de proteção ao cidadão. Caso uma reclamação sobre os serviços de água ou esgoto não seja resolvida satisfatoriamente na esfera técnica, o usuário tem o direito de recorrer ao Conselho de Regulação. Esse órgão realiza uma análise externa e independente, assegurando que o julgamento final não fique restrito apenas à visão tecnicista da própria Agência. A ARIS não é apenas um órgão de fiscalização, mas uma estrutura complexa de controle social e técnico, desenhada para ser imune a pressões isoladas e focada na eficiência do saneamento básico no estado. Willian discorre sobre o papel da Ouvidoria da ARIS como o principal canal de ligação com o usuário, ressaltando que o objetivo final de qualquer regulação é garantir a qualidade e a eficiência do serviço prestado. O sistema de reclamações foi modernizado para permitir que o cidadão anexe provas digitais como vídeos de *WhatsApp*, áudios e fotos diretamente pelo site www.aris.sc.gov.br, ou pelo telefone 0800 6489191, facilitando a denúncia de vazamentos, problemas na fatura ou falhas operacionais. A atuação em Joinville começou em 2017 por meio de um contrato de programa. Este documento, além da lei municipal, estabelece as diretrizes e obrigações da Agência, incluindo a realização de audiências públicas e a prestação de contas anual ao Conselho; o mesmo modelo deve ser seguido para incorporar a regulação dos eixos de drenagem e resíduos sólidos. O escritório regional da ARIS em Joinville funciona dentro da sede da AMUNESC (Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina). A equipe local conta agora com duas Engenheiras concursadas, Cristiane Gonçalves e Maria Rodriguez, que dão suporte técnico presencial e acompanham as demandas específicas da região. Willian exortou a todos a utilizarem o site da Agência, que funciona como um portal de transparência completo, onde estão disponíveis todas as normas, notícias e relatórios de desempenho da Companhia Águas de Joinville, reforçando que a ARIS tem a responsabilidade de acompanhar a política municipal de saneamento e que a participação ativa neste Conselho é peça-chave para o sucesso dessa fiscalização. Embora o trabalho dos Engenheiros na fiscalização de campo seja vital, a alma da regulação é econômica e financeira. O foco da ARIS, assim como a ANATEL e a ANEEL, é garantir o equilíbrio de uma tarifa que seja justa para o bolso do cidadão, mas que também assegure que a Companhia Águas de Joinville tenha recursos para investir e manter o sistema operando com qualidade. No ano de 2025, a Companhia Águas de Joinville alcançou um resultado considerado "excelente" pela Agência, executando 93% do seu plano de investimentos anual. Em um setor onde a burocracia costuma travar obras, esse índice é visto como próximo do ideal. Para efeito de comparação a CASAN investiu cerca de R\$400 milhões de reais no mesmo período, mas distribuídos em 190 municípios, enquanto a CAJ aplicou cerca de R\$293 milhões de reais apenas em seu próprio território, sendo atualmente um dos maiores investidores em saneamento de Santa Catarina. A Conselheira Helena Dausacker da Cunha Skrosk, da CAJ, pontua a dificuldade executável no poder público e que este sucesso atribui-se ao esforço da equipe técnica da Companhia, que consegue manter investimentos entre 25% e 35% de sua receita, um patamar muito acima da média nacional. Willian enfatiza que, do ponto de vista regulatório, Joinville vive um momento de "excepcionalidade positiva", com fôlego financeiro para expandir as redes de água e esgoto conforme planejado, superando largamente o desempenho de outras concessionárias estaduais. Os investimentos de 2025 em Joinville apresentaram uma mudança de foco em relação ao ano anterior. Enquanto o ciclo passado foi dominado por obras de esgoto, o relatório atual destaca melhorias operacionais no sistema de água. Helena destaca a modernização da ETA Piraí, que tornou-se praticamente uma "nova estação" após a substituição de toda a parte elétrica, bombas, tubulações e válvulas, o que conferiu maior segurança e eficiência ao tratamento, ressaltando a evolução histórica no controle de perdas de água, que ao longo de 20 anos, caiu de 60% para 29%. Willian frisa outro ponto importante que diz respeito ao uso de um software especializado que permite realizar levantamentos complexos via celular, com publicação automática dos relatórios no site da ARIS. Essa ferramenta é essencial para gerir o volume de dados de 211 municípios, chegando a gerar relatórios técnicos de até 500 páginas,

como ocorreu em Chapecó. Outra questão relemburada, foi o episódio de alterações organolépticas (sabor e odor) na água do Rio Cubatão; a equipe da ARIS foi a campo para fiscalizar a estação e atestou que os técnicos da Companhia Águas de Joinville estavam empregando todos os esforços e protocolos necessários para resolver o problema. A ARIS atua como o braço técnico que responde às cobranças do Ministério Público, Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores. Nesses momentos de crise, a Agência funciona como a entidade independente que verifica *in loco* se a concessionária está agindo corretamente para proteger o interesse da população, a fim de que problemas eventuais sejam resolvidos da melhor forma possível. Com relação a este episódio ficou evidenciado o comprometimento humano por trás da crise de sabor e odor da água no Rio Cubatão, ocasião em que técnicos da ETA chegaram a pernoitar na unidade para acelerar a resolução do problema; embora a Agência não determine soluções operacionais específicas, seu acompanhamento é vital para justificar juridicamente, no futuro, possíveis aumentos de custos ou investimentos em novas tecnologias como novos oxidantes ou mudanças na captação, que precisem ser cobertos pela tarifa. Willian mencionou a emissão de 14 pareceres técnicos em 2025, abrangendo desde a regularização de itens operacionais até autorizações tarifárias; qualquer alteração na forma de cobrança ou nos serviços complementares exige uma análise técnica prévia e a anuência formal da Agência Reguladora. Com relação à questão eventual do odor e sabor da água no Rio Cubatão, Helena esclarece que a CAJ efetuou a instalação provisória de equipamentos para eliminar a matéria orgânica causadora do odor, contudo, a Companhia já trabalha na contratação de um sistema definitivo; este equipamento servirá como um reforço ao processo de tratamento da ETA, sendo acionado especificamente durante eventos climáticos atípicos. Willian pontua que esses episódios acontecidos nos anos de 2019 e 2025, resultam de uma variação de fatores ambientais, como longos períodos de estiagem, alta incidência solar, calor intenso e a consequente diminuição da velocidade e da lâmina de água no rio, o que gera um desequilíbrio microbiológico no manancial, no entanto, a regulação técnica serve para transformar eventos críticos em aprendizado administrativo, garantindo que a infraestrutura da cidade evolua para mitigar fenômenos naturais que fogem ao controle humano. Episódios de alteração na água, como os ocorridos recentemente, decorrem de uma combinação específica de fatores ambientais que criam o cenário ideal para a multiplicação de microrganismos. Esse é um fenômeno natural e recorrente em grandes estações de captação, como ocorreu em Porto Alegre que enfrentou problemas idênticos no mesmo período. O mérito da Companhia Águas de Joinville não está em evitar o inevitável, mas em estar preparada para o enfrentamento técnico imediato através de estudos com especialistas. Willian esclareceu que, enquanto a Vigilância Sanitária foca no monitoramento diário e pontual da potabilidade, a ARIS adota um olhar macro e semestral. O objetivo da Agência é identificar se um problema é recorrente e se ele decorre da ausência de investimentos ou de falhas na gestão operacional a longo prazo. Cada decisão da Agência é precedida por rigorosos pareceres técnicos; por trás de cada documento oficial, ocorrem diversas reuniões de alinhamento com a Companhia para otimizar o tempo e garantir que as soluções propostas sejam economicamente viáveis e tecnicamente eficazes. A Agência utiliza uma metodologia própria que atribui percentuais aos parâmetros de atendimento. Atingir 100% de conformidade em todos os quesitos de forma ininterrupta é uma meta quase "utópica" devido à complexidade do sistema, no entanto, o monitoramento mensal serve para medir o desempenho real da concessionária frente aos padrões exigidos por lei. A regulação busca dar segurança jurídica e técnica à cidade, transformando desafios da natureza em dados de desempenho que orientam o planejamento de novos investimentos. A Companhia Águas de Joinville realiza mais de três mil análises mensais. Falhas pontuais em parâmetros como turbidez são interpretadas pela regulação como indicadores da necessidade de investimentos específicos, como a troca de filtros. Willian destacou que, na série histórica, o desempenho de Joinville mantém-se entre o "ótimo" e o "ideal", um resultado robusto dada a escala do sistema. Utilizando metodologias da Associação Internacional de Águas-IWA, a Agência identificou que Joinville ainda possui déficits em sua capacidade de tratamento e, principalmente, de reservação de água. Willian esclareceu que esse diagnóstico não significa que o sistema é precário, mas que adota um "olhar conservador" para garantir resiliência e evitar desabastecimentos em emergências. Esses déficits calculados pela ARIS são a base técnica que justifica o agressivo plano de investimentos da Companhia para as próximas décadas (2033-2040). Cada obra planejada visa cobrir as lacunas de reservação e ampliar a oferta de água para acompanhar o crescimento populacional. Com relação à Gestão de Não Conformidades, o ciclo de fiscalização atual apontou 288 apontamentos (não conformidades) para a Companhia Águas de Joinville. O objetivo da Agência não é punitivo, mas corretivo: o foco é apontar o que não está conforme as normas da ABNT ou da ARIS, estipular prazos e acompanhar a regularização de cada item para garantir a melhoria contínua do serviço. Prosseguindo, Willian apresentou um balanço positivo da capacidade de resposta da Companhia Águas de Joinville às exigências regulatórias; dos 288 apontamentos feitos pela Agência nos últimos nove anos, 225 já foram totalmente regularizados (cerca de 80%), e, os 63 itens restantes não são falhas simples, mas investimentos de grande porte e alta complexidade financeira que exigem processos licitatórios e estudos técnicos profundos, estando todos devidamente inseridos no planejamento da Companhia. A fiscalização pode ser entendida a partir de 2(dois) ciclos: o primeiro, ocorrido no período de 2017 a 2022, encerrou com 10% dos itens pendentes, ou seja, 16 registros; o ciclo atual que iniciou a partir de 2023, conta com 131 pendências. O uso de um painel de Inteligência Empresarial (*Business Intelligence*-BI), compartilhado entre a ARIS e a Companhia, permite rastrear desde a reclamação de falta de água de um único usuário até a instalação de um *booster* (pressurizador) no bairro, garantindo que cada exigência técnica tenha um histórico documental transparente. Na esfera econômica, é importante ressaltar que nenhuma cobrança, nem mesmo de "um centavo", pode ser alterada sem a homologação da Agência. Em 2025 foram emitidas cinco decisões e uma deliberação, incluindo a homologação do reajuste tarifário de 4,83%, calculado com base no IPCA. Ao final de 2024, uma nova Lei Federal 14.898/2024, Lei da Tarifa Social de Água e Esgoto, instituiu critérios nacionais para a Tarifa Social, o que impactará a forma como os benefícios para a população de baixa renda serão aplicados e fiscalizados pela Agência daqui para frente. Até 2024, a tarifa social era discricionária, variando conforme o entendimento de cada Prefeitura ou concessionária. Com a nova legislação federal, aprovada em rito de urgência pelo Congresso, as regras foram

unificadas nacionalmente. A mudança mais significativa foi a inserção automática de beneficiários cadastrados no CadÚnico, o que exigiu um esforço tecnológico imenso para integrar os sistemas comerciais das companhias de saneamento com os bancos de dados da assistência social. A Conselheira Helena Dausacker pontua que a Companhia Águas de Joinville conseguiu realizar os ajustes necessários ainda no primeiro semestre de 2025. Willian ressalta que esse desempenho garantiu à cidade um lugar na "Lista Positiva" da ANA (Agência Nacional de Águas), que destaca as operadoras que implantaram a tarifa social de forma adequada e transparente. A ampliação do número de beneficiários gerou uma queda na arrecadação da Companhia. Embora a Lei Federal permita que as empresas peçam o reequilíbrio financeiro imediato, reajuste nas outras faixas de consumo, a Companhia Águas de Joinville absorveu o impacto inicialmente sem repassar o custo extra aos demais usuários naquele momento. Por transparência, a sociedade deve entender o conceito de subsídio cruzado: o benefício concedido aos usuários de baixa renda é, em última análise, custeado de forma coletiva pelos demais consumidores para garantir a sustentabilidade do sistema. A ARIS emitiu diversas decisões e resoluções no último ano para alinhar as normas de Joinville às novas diretrizes da Agência Nacional de Águas, que passou a ser o órgão regulador central no Brasil após o Novo Marco do Saneamento. Apesar da complexidade burocrática e econômica, a tarifa social em Joinville agora funciona como um direito automático e garantido, alinhado aos mais altos padrões de governança regulatória do país. Willian discorreu sobre dados que confirmam o crescimento contínuo dos ativos e do patrimônio líquido da Companhia, destacando que a receita bruta cresceu devido à expansão da cobertura de serviços e à aplicação correta dos reajustes tarifários, uma obrigação que a Agência monitora rigorosamente para evitar a perda de receitas e garantir a saúde do sistema. O lucro líquido da empresa apresentou um salto impressionante, praticamente dobrando entre 2024 e 2025, o que reflete uma gestão eficiente e comprometida com as metas de universalização do saneamento até 2033. Referente aos indicadores de sustentabilidade financeira, Eficiência e Lucratividade, a margem EBITDA, indicador financeiro que mede a eficiência operacional e a geração de caixa de uma empresa, subiu 4,64%, evidenciando maior eficiência operacional. O Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) também avançou, mostrando que a empresa está gerando valor real. Mesmo com financiamentos internacionais para grandes obras, a Companhia mantém um índice de endividamento equilibrado e uma "folga financeira" para cumprir todas as suas obrigações, algo raro entre concessionárias públicas no Brasil. Willian destacou o papel da Ouvidoria da ARIS, que em 2025 recebeu 183 manifestações de Joinville, a maioria, 163, relacionadas ao sistema de abastecimento de água, e 20, relacionadas ao sistema de esgotamento sanitário. O atendimento humanizado realizado pelo ouvidor da Agência, orienta desde grandes empreendedores até donas de casa, sendo o canal de recurso final quando o problema não é resolvido diretamente pela concessionária. O telefone (0800) continua sendo o meio preferido da população (65%), seguido pelo *site* (32%), e 3 encaminhamentos por *email*, consolidando a Agência como um ponto de apoio acessível para denúncias e reclamações. O principal motivo de reclamação dos joinvilenses continua sendo o valor da fatura de água, especialmente quando surgem cobranças atípicas que surpreendem o consumidor. Houve um pico sazonal de queixas em fevereiro, atribuído ao aumento do consumo nos meses de maior calor. Willian observou uma mudança positiva no perfil do usuário: enquanto as reclamações em órgãos como o PROCON e o "Reclame Aqui" diminuíram, as manifestações direcionadas à Agência reguladora aumentaram, demonstrando-se dessa forma, que a população está reconhecendo a ARIS como o canal técnico ideal para resolver conflitos de saneamento. A Conselheira Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA.ULU indaga se as reclamações supracitadas englobam situações reincidentes; no que Willian asseverou que não há registros sobre reincidência, todavia é uma importante observação a ser verificada e catalogada pela Agência. A Ouvidoria da Agência trabalha sob rígidos critérios da LGPD. Quando surge um conflito entre o que o usuário alega e o que a concessionária responde, o ouvidor solicita um parecer técnico isento. Os engenheiros da ARIS analisam apenas os dados técnicos, sem acesso ao nome do morador, garantindo total impessoalidade. Visitas *in loco* ocorrem apenas em casos de excepcionalidade, quando as provas digitais não são suficientes para uma conclusão. No ano de 2025, a Companhia Águas de Joinville enviou 976 comunicados operacionais à ARIS, uma média de três por dia. Willian enfatizou que qualquer parada programada, manutenção de emergência ou rompimento de rede deve ser imediatamente informada à Agência, mesmo em sábados e domingos, garantindo que o regulador tenha controle total sobre as interrupções de serviço na cidade. Concernente ao desempenho da Companhia Águas de Joinville no ano anterior, praticamente todos os indicadores apresentaram evolução positiva. Itens críticos como o índice de perdas, a extensão da rede de água e o atendimento à população "ficaram no verde", indicando melhoria contínua. O único indicador que apresentou leve redução (0,5%) foi a margem de despesa de exploração, fato este decorrente como uma consequência natural da economia nacional, devido ao aumento no custo de insumos essenciais como produtos químicos e combustíveis, contudo, o ano de 2025 foi um dos melhores anos em termos de avanço nos indicadores, indicando que a Companhia está conseguindo ser mais eficiente na arrecadação e na entrega do serviço. A ARIS publicou uma série de resoluções para adaptar as normas locais às diretrizes da Agência Nacional de Águas (ANA) e entre as novidades, destacam-se normas específicas para o atendimento de indicadores, regras de reajuste e, principalmente, um novo protocolo para períodos de estiagem, que inclui planos de manobras e comunicação prévia. Toda a atuação da ARIS em Joinville é agora reportada ao sistema nacional SASB - Sistema de Acompanhamento da Regulação do Saneamento Básico, garantindo que os dados da cidade passem por um segundo nível de auditoria federal. Willian mencionou que após três anos enviando dados ao sistema federal SASB, a Agência Nacional de Águas (ANA) publicou um relatório apontando pendências normativas na ARIS, o que gerou um esforço imediato da equipe para regularizar as normas em 2026, pois o impacto de estar fora da "lista positiva" seria catastrófico: se a Agência reguladora não estiver regularizada, o município de Joinville e a Companhia Águas ficam proibidos de receber recursos da União. Felizmente, após um pedido de revisão, a ANA deferiu o recurso e confirmou que a ARIS cumpre todos os pré-requisitos. Portanto, como na metáfora "quem vigia os vigilantes", a ARIS também é auditada pela ANA. Estar na lista regularizada é uma condição de sobrevivência política e econômica para Joinville, garantindo que a cidade continue apta a captar verbas federais para o saneamento. Willian menciona um fato relevante a

respeito do convite recorrente para que a ARIS participe do exercício Guardião Cibernético, coordenado pelo Ministério da Defesa. A Agência é uma das poucas entidades de saneamento do país convidadas a atuar ao lado de grandes bancos, indústrias e órgãos federais para simular a proteção de infraestruturas críticas contra ataques digitais. A participação nesse exercício de defesa nacional, agora em seu oitavo ano, é vista como um selo de qualidade que aperfeiçoa constantemente a segurança dos dados e dos sistemas de informação que gerenciam a água e o esgoto em Santa Catarina. Willian asseverou que a ARIS ampliará seu escopo em Joinville para além da água e esgoto, incorporando a regulação de resíduos sólidos e drenagem urbana. Em 2026, a Agência produzirá um relatório inédito de acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico, avaliando se as metas globais da cidade estão sendo atingidas sob a ótica regulatória, destacando a contratação das Engenheiras mencionadas anteriormente, o que permitirá um reforço no atendimento diário e mais agilidade, não apenas para Joinville, mas para todo o entorno, incluindo Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, ampliando o leque de fiscalizações presenciais. Willian encerra sua apresentação recebendo calorosos aplausos da Plenária. A Conselheira Virgínia Grace Barros, do CHBB questiona se onde existe a concessão plena, está sujeita à regulação tarifária; no que Willian explicitou que a Agência já realiza a fiscalização de cerca de 30 aterros sanitários em todo o Estado de Santa Catarina, monitorando a corresponsabilidade dos municípios na disposição final do lixo. Seguindo uma exigência do Tribunal de Contas, a ARIS passará a olhar de forma mais "macro" para a coleta de lixo, fiscalizando desde o número de caminhões e equipes até a frequência e a tecnologia utilizada pelas prestadoras. Prosseguindo, Willian utilizou uma metáfora de construção para explicar a diferença de poder da Agência: em contratos de concessão plena, como o da Companhia Águas de Joinville, o contrato de concessão constrói o "teto, parede e chão", para a Agência reguladora trabalhar, ou seja, em serviços de prestação direta, comuns em resíduos e drenagem, a regulação muitas vezes tem apenas o "chão", pois os contratos são fragmentados entre diferentes empresas de coleta e aterros, dificultando uma fiscalização integrada. A Conselheira Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA.ULU indaga quais municípios a ARIS já aplicou a prestação direta plena; Willian esclareceu que já foram realizados "raios-X" operacionais em grandes cidades como Chapecó, Videira e São Bento do Sul. A meta para 2026 é auditar todos os municípios com mais de 50 mil habitantes, como Concórdia e Xanxerê, incluindo Joinville, enviando os resultados diretamente para a Câmara Técnica de Saneamento do Tribunal de Contas. Willian enfatizou a pressão das concessionárias privadas por equilíbrio econômico, mencionando que o mercado de saneamento está "superaquecido" devido à corrida para atingir as metas de 2033, o que causou uma explosão nos preços de materiais e insumos; as empresas "solicitam frequentemente" à Agência revisões tarifárias por custos não previstos. O Conselheiro Cesar Rehnolt Meyer, da CAJ questiona se os reajuste anual conforme a inflação, é capaz de manter o equilíbrio no mercado; no que Willian ressalta que o reajuste anual pela inflação (IPCA) não está sendo suficiente para cobrir o aumento real dos custos de obras e produtos químicos. Isso obriga a Agência a realizar estudos de revisão muito mais complexos e frequentes para garantir que o sistema não entre em colapso financeiro, buscando sempre uma "revisão justa" que não sufoque o usuário nem inviabilize o prestador. O cenário atual é de escassez; as Companhias enfrentam dificuldades para encontrar fornecedores e disputam materiais básicos, o que tem inflacionado os orçamentos públicos e privados em todo o estado. Willian encerra sua apresentação com um alerta: o caminho até a universalização em 2033 será de grandes investimentos, mas também de uma vigilância econômica exaustiva para evitar que o custo dessa expansão se torne impagável para a sociedade, recebendo uma salva de palmas da Plenária. Sem mais manifestações, o Vice-Presidente Thiago Amorim, encerra esta pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Sugestões de Pauta e Palavra Livre:** Comitê PMSB, SAMA.UGA. O Vice-Presidente Thiago Amorim, passa a palavra à Conselheira Cristina Henning da Costa, da SAMA, Presidente do Comitê de Implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a qual cumprimenta a todos, e inicia sua exposição mencionando que o Comitê mantém um ritmo intenso de atividades, com reuniões de alinhamento realizadas a cada 15 dias. O objetivo é garantir que o Plano não seja apenas um documento estático, mas uma ferramenta de gestão atualizada. O foco atual é a interlocução com as demais Secretarias internas da Prefeitura, principalmente com a SEPUR - Secretaria de Planejamento Urbano. Essa parceria é crucial para alinhar as metas de saneamento com a expansão urbana de Joinville. Estão sendo desenvolvidos novos instrumentos urbanísticos, como a outorga onerosa, que permite ampliar o direito de construir e as taxas de ocupação, que impactam a demanda por água e esgoto. O desafio é garantir que a infraestrutura de saneamento acompanhe o crescimento vertical e a densificação da cidade de forma sustentável. O saneamento básico está sendo planejado de forma integrada ao desenvolvimento imobiliário de Joinville, buscando evitar que novas construções sobrecarreguem o sistema já existente. O Comitê propôs à Secretaria a criação de um fluxo de aprovação que obriga a consulta aos órgãos executores de saneamento logo na entrada de novos projetos imobiliários. O objetivo é que o empreendedor tenha clareza sobre os investimentos necessários em sua área, respeitando o planejamento de expansão de água e os serviços de resíduos da Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA. Prosseguindo, Cristina informou que a Prefeitura já declarou seus indicadores ao SINISA - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, e aguarda o período de atualização dos dados de resíduos. Além disso, o portal oficial da Prefeitura foi atualizado em março de 2026 com a Revisão 2025 do PMSB, apresentando um novo formato visual e guias técnicos específicos. O Plano agora conta com documentos auxiliares essenciais: o Guia de Resíduos Sólidos e o Guia de Orientações Técnicas para Drenagem Urbana. Este último é vital por trazer coeficientes de cálculo e diretrizes de micro e macrodrenagem, servindo como manual transparente para empresas e investidores. O Comitê tem respondido a questionamentos diretos do Ministério Público sobre as metas imediatas até 2027, previstas no Plano. O esforço atual é subsidiar o MP com dados reais da concessão para comprovar que as ações de curto prazo estão sendo implantadas conforme o cronograma de universalização. Cristina reforçou que o saneamento em Joinville deixou de ser uma pauta isolada para se tornar uma engrenagem central do planejamento urbano, com regras claras para quem deseja construir e investir na cidade. A atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) trouxe como destaque o desafio da gestão da fração orgânica dos resíduos em Joinville, referente à estratégia para transformar o lixo doméstico em recurso econômico. O Comitê identificou que a compostagem é a técnica

mais adequada para Joinville atingir as metas de desvio de resíduos dos aterros sanitários, que são significativamente mais ousadas que as metas federais do PLANARES - Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que define metas, diretrizes e ações para a gestão de resíduos no Brasil por 20 anos. Para viabilizar esse avanço, foi proposta a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico dentro do Comitê de Saneamento. Cristina ressalta que o município enfrenta o desafio de aumentar a transformação de resíduos orgânicos de 61 toneladas/mês, para 257 toneladas/mês nos próximos três anos; esse "salto abrupto" só será possível com um programa de compostagem formalmente estruturado e executado com rigor. O objetivo é evitar que a matéria orgânica seja enterrada no aterro, transformando-a em composto orgânico de alto valor. Isso reduz os custos de transporte e disposição final, além de gerar um subproduto útil para a agricultura e jardinagem urbana. O novo Grupo de Trabalho será pautado pelo regimento do Comitê, que permite a inclusão de especialistas externos. A ideia é atrair técnicos e acadêmicos que possuam afinidade com o tema da compostagem para consolidar as diretrizes do programa. Ao trazer o grupo de resíduos orgânicos, que operava de forma isolada desde 2023 para dentro do Comitê oficial, o município ganha mais força política e administrativa para garantir que as metas de desvio de orgânicos saiam do papel. Cristina asseverou que o tratamento do lixo orgânico é o próximo grande passo para Joinville se tornar uma referência em economia circular e sustentabilidade no saneamento básico. A atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) trouxe como destaque o desafio da gestão da fração orgânica dos resíduos em Joinville, referente à estratégia para transformar o lixo doméstico em recurso econômico. O Comitê busca agora a formalização do Grupo de Trabalho (GT de Compostagem), que até então operava de maneira informal com o apoio de Secretarias como SAMA, SEINFRA, SDE.UDR, SEGOV, CAJ, E SES. O objetivo é abrir este grupo para entidades do Conselho e técnicos externos que possuam experiência no tema, garantindo que o programa nasça com suporte técnico sólido. O GT trabalhará na conclusão do Programa de Compostagem e na elaboração de uma Lei de Compostagem. O foco inicial da legislação será estabelecer obrigações e responsabilidades claras, especialmente para os médios e grandes geradores de resíduos orgânicos. Atualmente, a compostagem em Joinville funciona como um projeto piloto e seus custos operacionais são absorvidos pela Tarifa de Limpeza Urbana (TLU). No entanto, para escalar o projeto e atingir as metas ousadas de desvio de resíduos, o grupo precisará estudar o impacto financeiro e definir como esses custos serão estruturados na tarifa a longo prazo. O atual formato de teste serve para medir a capacidade e a potencialidade do serviço. A meta é sair do estágio experimental para uma operação robusta que impeça toneladas de matéria orgânica de serem enviadas ao aterro sanitário, transformando-as em ativos para o município. Cristina destacou o papel fundamental das parcerias intersetoriais para o sucesso do programa de compostagem em Joinville, frisando que a Secretaria de Educação abriu as portas das escolas para o projeto, enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) integrou a técnica às hortas comunitárias da cidade. Atualmente essas hortas já operam em um ciclo completo, recebendo resíduos orgânicos e utilizando o composto produzido no próprio cultivo, o que consolida o processo de educação ambiental e segurança alimentar. O Conselheiro Luciano Henrique Pinto, da UNIVILLE anunciou o desenvolvimento de um estudo que analisou as atas do CMSB no período de 2020 a 2026, utilizando uma sistematização científica; a pesquisa mapeou os principais pontos de discussão e a evolução dos movimentos de saneamento na cidade. Luciano propôs apresentar os resultados detalhados na próxima reunião para oferecer ao Conselho uma visão externa e técnica sobre sua eficácia e impacto social. Cristina reforçou o convite para que entidades do Conselho com afinidade técnica se somem ao novo Grupo de Trabalho de Compostagem, visando uma implantação adequada e juridicamente segura do programa. O Secretário Executivo do Conselho, José Augusto de Souza Neto lembrou a todos que a próxima reunião deste Conselho será a reunião conjunta dos Conselhos no dia 03.06.2026, abrangendo o COMDEMA, CMSB, APA, e RDS, no Salão Nobre da ACIJ. O Vice-Presidente Thiago Amorim, ressalta que na próxima reunião do CMSB a realizar-se em 11.08.2026, terá como Pauta a apresentação da pesquisa da Univille, pelo Conselheiro Luciano Henrique. Na sequência, Thiago agradece a colaboração do CREA Joinville, na pessoa dos Conselheiros Eder Corbari, e Caio Machado de Oliveira, pela cessão do excelente auditório dessa Entidade para realização da presente Plenária, e sem mais manifestações, agradeceu a presença de todos os Conselheiros, desejando um excelente dia a todos os presentes, declarando encerrada a reunião ordinária às 15h30, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do CMSB, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita

Presidente CMSB

Conselho Municipal de Saneamento Básico

Thiago Alberto Amorim

Vice-Presidente CMSB

Conselho Municipal de Saneamento Básico

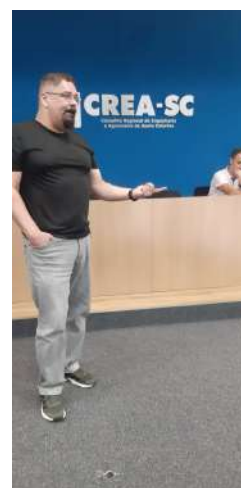
Guilherme Miozzo da Cunha

José Augusto de Souza Neto

Luiz Carlos da Silva Seixas

SAMA Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 12/08/2026, às 11:02, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29673997** e o código CRC **362C2381**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.032869-0

29673997v3